

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa- método indireto

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Quotistas e Administradores da
Coremas VII Geração de Energia SPE Ltda.
Coremas - PB

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Coremas VII Geração de Energia SPE Ltda. ("Coremas VII" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coremas VII Geração de Energia SPE Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Limitação nos saldos de abertura

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes, e conseqüentemente não emitimos opinião sobre elas. Além disso, as análises adicionais desenvolvidas, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2022, conforme determina a NBC TA 510 - Trabalhos iniciais, saldos iniciais, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o patrimônio líquido e sobre o resultado do exercício em 31 de dezembro de 2023.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião com ressalva. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossas opiniões. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis dos exercícios e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de outubro de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - PB

Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1 SP 1254881/O-8 - S - PB

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	145	2.765
Contas a receber	7	1.538	1.172
Caixa restrito	8	344	313
Despesas antecipadas		207	56
Tributos e contribuições a compensar	9	1.684	874
Outros		3	3
		<u>3.921</u>	<u>5.183</u>
Não circulante			
Caixa restrito	8	1.999	-
Partes relacionadas	10	18.259	13.155
Outros		1.268	-
		<u>21.526</u>	<u>13.155</u>
Imobilizado	11	92.474	96.431
Intangível		-	1.269
		<u>92.474</u>	<u>97.700</u>
Total do ativo		<u>117.921</u>	<u>116.038</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		548	193
Empréstimos e financiamentos	12	4.143	3.975
Obrigações tributárias	13	3.437	1.941
Arrendamentos		11	-
Adiantamentos de clientes		228	228
		<u>8.367</u>	<u>6.337</u>
Não circulante			
Fornecedores		1.172	1.172
Empréstimos e financiamentos	12	53.003	57.370
Partes relacionadas	10	27.056	20.171
Provisão para demandas judiciais	14	1.269	1.269
		<u>82.500</u>	<u>79.982</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	15	31.893	31.893
Prejuízos acumulados		(4.839)	(2.174)
		<u>27.054</u>	<u>29.719</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>117.921</u>	<u>116.038</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Receita operacional líquida	16	15.135	11.976
Custos operacionais	17	(10.267)	(7.298)
Lucro bruto		4.868	4.678
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(1.341)	(1.064)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		3.527	3.614
Receitas financeiras	18	368	1.128
Despesas financeiras	18	(5.913)	(793)
Resultado financeiro		(5.545)	335
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.018)	3.949
Imposto de renda e contribuição social	20	(647)	(688)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(2.665)	3.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022 (Não auditado)</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(2.665)	3.260
Resultado abrangente do exercício	<u>(2.665)</u>	<u>3.260</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	Lucros / (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	31.893	(5.434)	26.459
Lucro do exercício	-	3.260	3.260
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	31.893	(2.174)	29.719
Prejuízo do exercício	-	(2.665)	(2.665)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	31.893	(4.839)	27.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	(2.665)	3.260
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação	3.960	2.355
Juros sobre empréstimos	4.623	3.603
Baixa de imobilizado	-	(500)
(Aumento)/diminuição de ativos		
Caixa restrito	(2.030)	(99)
Contas a receber	(366)	(1.172)
Tributos e contribuições a compensar	(810)	(35)
Despesas antecipadas	(151)	5
Outros ativos	1	1.033
Aumento/(diminuição) de passivos		
Fornecedores	355	(744)
Obrigações tributárias	1.496	711
Outros passivos	-	228
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>4.413</u>	<u>8.645</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(3)	(6.676)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(3)</u>	<u>(6.676)</u>
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	60.449
Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.718)	(1.658)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(5.104)	(1.049)
Partes relacionadas	1.781	(58.811)
Pagamento de arrendamentos	11	(40)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(7.030)</u>	<u>(1.109)</u>
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.620)</u>	<u>860</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.765	1.905
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	145	2.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Coremas VII Geração de Energia SPE Ltda. (“Empresa”), fundada em 19 de setembro de 2019, tem como objeto social ser uma empresa de geração de energia elétrica, usina solar fotovoltaica. A Empresa está localizada na fazenda Rio Tinto, s/n, na cidade de Coremas, Estado da Paraíba.

Ainda em 2019, a Empresa iniciou os estudos primários para o desenvolvimento do projeto de Coremas VII, com o intuito de construir parques solares fotovoltaicos no município de Coremas/PB. A obra iniciou-se em 2020, sendo construída por meio de um contrato de empreitada global (*Engineering, Procurement and Construction - EPC*), sendo que a usina entrou em operação comercial em setembro de 2022.

O projeto de Coremas VII foi concebido para ter 27.000 kW de potência instalada e 26.325 Kw de potência líquida. A usina possui um prazo de autorização de 35 anos e a outorga foi emitida em 28 de julho de 2020. Parte do potencial energético desta usina solar já foi vendido em contratos de entrega futura de energia (*Power Purchase Agreement - PPA*), ainda restando parte deste potencial energético para ser comercializado, seja no ambiente livre ou regulado.

Essa expansão estratégica não apenas reforça a longevidade, mas também eleva a qualidade das operações, consolidando a posição do Grupo Rio Alto como uma referência sólida e confiável no setor de geração de energia renovável.

A missão primordial da Empresa é prover uma matriz energética limpa e acessível, respondendo de maneira eficaz à constante expansão da demanda no setor energético brasileiro. Os acionistas, cientes da importância desse propósito, estão empenhados no êxito dos projetos de Coremas, consolidando assim a visão do grupo em contribuir de forma sustentável para as necessidades energéticas do país.

Considerando a Resolução Normativa nº 876 de 10 de março de 2020, a seguir são apresentadas as informações das autorizações das outorgas das usinas solares fotovoltaicas:

Entidade	Nº DRO	Data da DRO	Nº REAs (Outorga)	Data da REA - Outorga de autorização	Prazo de autorização	kW
Coremas VII	1.101	15/04/2015	9.092	28/07/2020	35 anos	Central geradora terá 27.000 kW de Potência Instalada e 26.325 kW de Potência Líquida.

- DRO - Despacho de Registro de Requerimento de Outorga, que autoriza o início das obras;
- REA - Resolução autorizativa, quando a outorga é concedida.

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro 2023, a Empresa registrou um prejuízo de R\$ 2.665 e um patrimônio líquido de R\$ 27.054 (R\$29.719 em 31 de dezembro de 2022), aumentando seu prejuízo acumulado para R\$4.839 (R\$2.174 em 31 de dezembro de 2022). Além disso, em 31 de dezembro de 2023, a Empresa apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$4.446.

No exercício de 2023, a Empresa registrou uma receita operacional líquida de R\$15.135 proveniente da venda de energia dos contratos de longo prazo, Power Purchase Agreement (PPA) e operações compra e venda de energia de curto prazo. O complexo Coremas, já em operação comercial, apresenta uma capacidade de geração de caixa suficiente para cumprir suas obrigações de curto prazo.

O projeto de Coremas VII foi elaborado com base no planejamento financeiro, baseado na sua capacidade efetiva de geração de caixa. Os contratos de venda futura de energia já foram firmados, bem como o recurso captado para financiamento da Coremas VII já negociado de aproximadamente R\$66.359, por meio do Banco do Nordeste do Brasil já contratados desde o 1º semestre de 2020, com prazo médio de 18 anos e primeira parcela de amortização de principal e juros vencendo 6 meses após o início das vendas de energia. A administração entende que a venda de energia para entrega futura suporta o fluxo de caixa futuro para amortização destes passivos.

A Administração tem acompanhado de forma proativa o mercado de energia e tem participado de leilões de contratos de venda de energia de longo prazo, além de realizar a venda de energia para entrega futura no mercado de contratação livre.

As restrições energéticas, ou *curtailment*, no mercado de energia brasileiro têm sido uma preocupação crescente para os geradores de energia, principalmente aqueles que operam em fontes renováveis, como solar e eólica. O termo "*curtailment*" refere-se à limitação ou redução forçada da geração de energia, mesmo quando as condições técnicas permitiriam que a energia fosse gerada e injetada no sistema. Essas restrições podem ocorrer por vários motivos e, no contexto do Brasil, os principais fatores são a sobrecarga da infraestrutura de transmissão, problemas de planejamento do sistema e questões regulatórias. Essas restrições são requeridas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS.

A expansão da capacidade de geração, sobretudo em fontes eólicas e solares, tem crescido de maneira significativa nos últimos anos, superando, em muitos casos, a capacidade de transmissão de energia. As regiões Norte e Nordeste, ricas em recursos eólicos e solares, sofrem frequentemente com a falta de linhas de transmissão suficientes para escoar a energia gerada.

Em determinados momentos, há uma superprodução de energia, especialmente nas regiões onde há uma concentração elevada de fontes renováveis. Mesmo o Brasil tendo uma matriz energética diversa, que inclui hidrelétricas, termelétricas e outras fontes, observa-se que Operador Nacional do Sistema - ONS vem determinando restrições significativas aos geradores de energia renovável.

As fontes de energia renovável, como a eólica e a solar, são intermitentes por natureza, dependendo de fatores climáticos. Isso cria desafios operacionais para o sistema, que precisa garantir um fornecimento estável de energia. Durante momentos de baixa demanda ou alta oferta dessas fontes, o ONS pode reduzir a geração dessas usinas para equilibrar o sistema.

A ausência de um planejamento adequado e de regulamentações claras para lidar com o crescimento acelerado da geração renovável também contribui para o *curtailment*. A coordenação entre os órgãos responsáveis pelo planejamento energético e as operadoras de transmissão, muitas vezes, não consegue acompanhar o ritmo de entrada em operação das novas usinas de energia renovável. Isso gera gargalos no escoamento da energia.

A principal consequência do *curtailment* para os geradores de energia é a perda de receita. Mesmo que a usina esteja tecnicamente capaz de gerar e vender energia, a redução forçada na produção impede que esses geradores aproveitem todo o potencial de suas instalações, afetando diretamente a produção energética.

A Empresa possui contratos de fornecimento de energia com clientes e com o sistema elétrico. Quando o *curtailment* ocorre, os agentes geradores podem vir a ser penalizados por não conseguirem cumprir seus contratos, enfrentando multas ou outros tipos de sanções financeiras, além de prejudicar a reputação dessas empresas perante seus clientes e parceiros.

Em resumo, o *curtailment* no Brasil, representa um grande desafio para o setor energético, trazendo enormes prejuízos financeiros e operacionais para os geradores de energia. Contudo, com medidas adequadas de planejamento, investimentos e inovação tecnológica, é possível mitigar esses impactos e criar um ambiente mais equilibrado e eficiente para o mercado energético brasileiro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma outra incerteza material, além das mencionadas acima, que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo IASB.

A Empresa também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de outubro de 2024.

b. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Empresa atua, sendo a moeda funcional da Empresa e também de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

c. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

b. Ativo imobilizado

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do período.

A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização, bem como, o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

4. Principais práticas contábeis

4.1 Resultado do exercício

Reconhecimento da receita

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Custo de compra de energia

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de venda de energia) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Empresa, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Os custos de vendas e serviços prestados são reconhecidos e mensurados:

- Líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável;
- Com base na associação direta da receita.

O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comprada para comercialização vinculada à atividade operacional da Empresa.

4.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou, substancialmente, em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os impostos são apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a receita. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

4.3 Instrumentos financeiros

A Empresa aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Conforme CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, as Empresas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, são classificados como VJR.

Um ativo financeiro é, inicialmente, mensurado pelo valor justo acrescido para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Empresa possui instrumento derivativo contratado, o qual está atrelado as NDFs para proteção de seu ativo imobilizado. Os efeitos da marcação a mercado das NDFs estão compondo o custo do ativo imobilizado em construção.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

4.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado da Empresa é representado, majoritariamente, pelas obras em andamento das usinas fotovoltaicas. Estes gastos são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Todos os gastos envolvidos nas construções, de acordo com orçamentos definidos pela área de engenharia, são capitalizados como custo do imobilizado. O custo de transação de empréstimos relacionados as obras em andamento também são capitalizadas como ativo fixo, de acordo com o pronunciamento CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que as Empresas obterão a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente.

4.6 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“impairment”). A administração avalia periodicamente seus ativos frente a possibilidade de impairment, e até a data de encerramento das demonstrações financeiras não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos, uma vez que seu imobilizado está em construção.

4.7 Arrendamentos

A Empresa possui contratos de arrendamento de uso de terras, referente as fazendas aonde as construções das usinas fotovoltaicas estão ocorrendo.

A Empresa como arrendatária

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Arrendatário

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a uma taxa implícita encontrada com base na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Também se aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

4.8 Investimentos

Na elaboração de suas demonstrações financeiras, a Empresa reconhece e demonstra os investimentos em controladas e controladas em conjunto por meio do método de equivalência patrimonial.

4.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A empresa adota o regime de lucro presumido. O IRPJ e CSLL são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 anual para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL.

4.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

4.11 Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC")

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Normas e interpretações novas e revisadas

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações na norma IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47;	1° de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1 / CPC 26	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante;	1° de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1 / CPC 26	Esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório;	1° de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 7 / CPC 03 (R2) 3 IFRS 7 / CPC 40 (R1)	Esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade;	1° de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2)	Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável.	1° de janeiro de 2025

6. Caixa e equivalentes de caixa

	% CDI	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
CDB	85% a 101% CDB DI	145	2.765
		145	2.765

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com rentabilidade média entre 85% e 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), designado ao valor justo contra o resultado, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento com o emissor, sem perda significativa de valor.

7. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Contas a receber de clientes	1.324	958
Outras contas a receber	214	214
	1.538	1.172

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Caixa restrito

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Aplicações em fundos de investimentos - BNB (a)	2.343	313
	<u>2.343</u>	<u>313</u>
Circulante	344	313
Não circulante	1.999	-

- a) Aplicações em fundos de investimentos financeiros, vinculados ao financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Os recursos aplicados na Coremas VII, transitam pelas contas do BNB e é necessário que o banco aprove os pagamentos, em acordo com o cronograma das obras em andamento (e financiadas). Os contratos estabelecem limites mínimos de saldo a ser mantido nas contas de uso restrito.

9. Tributos e contribuições a compensar

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
CSLL	30	30
IRPJ	720	720
IRRF	934	124
PIS	-	-
	<u>1.684</u>	<u>874</u>

10. Partes relacionadas

Partes relacionadas	Natureza da operação	31/12/2023		31/12/2022 (Não auditado)	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Coremas Holding II	Empréstimo	-	5.240	-	5.240
Coremas IV	Empréstimo	-	9.796	-	8.421
Coremas V	Empréstimo	2.740	7.099	1.500	4.375
Coremas VI	Empréstimo	6.689	3.685	6.689	1.237
Coremas VIII	Empréstimo	4.990	24	4.966	-
Rio Alto Energias Renováveis	Empréstimo	3.840	1.211	-	898
		<u>18.259</u>	<u>27.056</u>	<u>13.155</u>	<u>20.171</u>

As transações entre partes relacionadas são contratadas em condições definidas entre as partes.

Estas transações referem-se substancialmente a empréstimos entre as controladas do Grupo Rio Alto, com o objetivo de atender as necessidades de caixa de cada controlada. Tais transações não possuem prazos de vencimento definidos nem juros e atualização monetária.

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	Taxa de	Saldos em				Saldos em				Saldos em
	depreciação	31/12/2021	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2022	Adições	Transf.	Depreciação	31/12/2023
		(Não auditado)				(Não auditado)				
Adiantamentos a fornecedores		9.297	-	-	(9.271)	26	-	(10)	-	16
Computadores	10%	-	-	-	-	-	3	-	-	3
Obras em andamento		82.813	-	-	(82.813)	-	-	-	-	-
(-) Depreciação usinas solares		-	-	-	-	(2.355)	-	10	(3.960)	(6.305)
Coremas		-	-	-	-	(2.355)	-	10	(3.960)	(6.305)
Projeto Coremas VII	4%	-	6.676	-	92.084	98.760	-	-	-	98.760
Análise de projeto		500	-	(500)	-	-	-	-	-	-
		<u>92.610</u>	<u>6.676</u>	<u>(500)</u>	<u>-</u>	<u>96.431</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>(3.960)</u>	<u>92.474</u>

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	57.146	61.345
	<u>57.146</u>	<u>61.345</u>
Circulante	4.143	3.975
Não circulante	53.003	57.370

A Coremas VII possui contrato de financiamento das obras da usina solar junto ao Banco do Nordeste do Brasil. Estes contratos de financiamentos foram assinados em 2020, e as condicionantes foram atendidas em 2021, sendo os recursos liberados em 25 de fevereiro de 2022.

Os recursos foram recebidos em duas parcelas totalizando R\$63.710 para Coremas VII. Estes empréstimos têm a taxa de juros de IPCA+1,8282% aa.

A operação é garantida por meio de fianças bancárias, negociadas anualmente, e pela constituição do fundo de liquidez em conta reserva. As fianças podem ser reduzidas, conforme atendimento de condicionantes como conclusão das obras, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia (PPA); amortização parcial do principal da dívida; dentre outros.

As principais obrigações não financeiras (*covenants* não financeiros) são: pagar todos os tributos incidentes sobre o crédito concedido; responder por todas despesas incorridas pelo banco para segurança, regularização e conservação do seu direito creditório; cumprir rigorosamente a legislação ambiental específica; a partir da conclusão física e financeira do projeto, manter 90% de produção anual de energia; comprovar a correta aplicação dos recursos do projeto; destacar a colaboração financeira do Banco do Nordeste sempre que fizer propaganda ou publicidade; dentre outras obrigações. A administração acompanha todas as suas operações de forma a garantir o cumprimento de todas as obrigações perante os seus credores. Não há obrigações financeiras para previstas nos contratos de empréstimos junto ao BNB (*covenants* financeiros).

Abaixo está o resumo da operação

Entidade	Data assinatura	Valor da captação	Desembolso	Taxa	1ª Amortização	Vencimento final
Coremas VII	23/06/2020	66.359	60.449	IPCA + 1,8282% aa	15/08/2022	15/08/2037

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O movimento dos financiamentos está representando abaixo:

Saldo inicial	-
Captações	60.449
(-) Amortizações principal	(1.658)
(-) Amortizações juros	(1.049)
(+) Juros e variações monetárias	3.603
Saldos em 31/12/2022 (Não auditado)	<u>61.345</u>
Captações	-
(-) Amortizações principal	(3.718)
(-) Amortizações juros	(5.104)
(+) Juros e variações monetárias	4.623
Saldos em 31/12/2023	<u><u>57.146</u></u>
Circulante	4.143
Não circulante	53.003

Abaixo está o cronograma dos vencimentos, baseado no fluxo de pagamentos projetado:

Consolidado	
Ano	Total
2024	4.130
2025	4.132
2026	4.133
2027	4.130
2028 a 2037	40.621
Total	<u><u>57.146</u></u>

13. Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
INSS	42	35
ISS	41	38
IRPJ	797	(33)
CSLL	253	101
PIS	60	16
COFINS	278	75
Impostos retidos	14	3
IOF	1.952	1.706
	<u><u>3.437</u></u>	<u><u>1.941</u></u>

(a) IOF provisionado sobre as operações de mútuos entre as partes relacionadas da Empresa (nota explicativa 10);

(b) IRPJ proveniente de saldos de retificação de SPED e ECF.

14. Provisão para contingências

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Empresa. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

a) Processos com probabilidade de perda classificada como provável

Refere-se substancialmente a processo judicial sobre compartilhamento de subestação: em janeiro de 2022, Coremas I, II e III entraram com uma ação declaratória contra Coremas IV, V, VI, VII e VIII, visando o ressarcimento pelo compartilhamento das instalações da subestação do Complexo Coremas. Em sede de mediação perante a ANEEL, foi apresentado laudo técnico de avaliação e tão logo o laudo seja apresentado nos Autos judiciais, Coremas IV a VIII efetuaram o pagamento pelo ressarcimento das instalações compartilhadas, estimado em R\$ 1.269.

b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Empresa possui duas ações envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, referente a autuações do Conselho Regional de Engenharia nas investidas Coremas IV e Coremas V, no valor total de R\$5.

Processo de arbitragem com fornecedores: foi iniciado um procedimento arbitral pelo fornecedor do contrato de EPC (engineering, procurement and construction) dos contratos firmados com Coremas IV, V, VI, VII e VIII -. As partes ainda aguardam decisão do Tribunal Arbitral, já constituído, sobre questões preliminares. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras foi estimado pelos advogados, como possibilidades e perspectivas ao desfecho deste contencioso arbitral como possível. O valor original total da arbitragem é de R\$126.000.

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social autorizado da Coremas V Geração de Energia SPE Ltda. em 31 de dezembro de 2023 é de R\$31.893 em ações ordinárias, totalmente integralizadas no valor nominal de R\$1,00, com a seguinte composição:

Sócios	Quantidade ações	Valor em R\$ mil	Percentual (%)	Ações Integraliza das (R\$)
Rio Alto Energias Renováveis S.A.	31.893.000	31.893	100,00%	31.893
	31.893.000	31.893	100,00%	31.893

16. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Venda de energia	15.749	12.221
Receita bruta	15.749	12.221
(-) PIS	(110)	(44)
(-) COFINS	(504)	(201)
Deduções sobre a receita	(614)	(245)
Receita operacional líquida	15.135	11.976

17. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Compra de energia elétrica (b)	4.524	3.119
Depreciação	3.951	2.355
Tarifa de Transmissão de Energia (a)	1.793	1.824
Fretes e carretos	-	222
Locações	66	-
Seguros	239	-
Serviços de terceiros	594	563
Taxas	207	76
Viagens e estadias	11	-
Outras despesas	223	203
Total	11.608	8.362
Custo operacionais	10.267	7.298
Despesas gerais e administrativas	1.341	1.064
Total	11.608	8.362

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Descontos obtidos	48	34
Recuperação de despesas	1	6
Rendimentos de aplicações financeiras	319	1.088
Total de receitas financeiras	368	1.128
	-	-
Fianças e comissões bancárias	(2.135)	609
IOF	(256)	(575)
Juros de mora e multas	(8)	(2)
Juros sobre empréstimos (b)	(3.488)	(801)
Tarifas	(26)	(24)
Total de despesas financeiras	(5.913)	(793)
Resultado financeiro	<u>(5.545)</u>	<u>335</u>

19. Instrumentos financeiros

a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Ativos financeiros			
Custo amortizado			
Equivalentes de caixa	2	145	2.765
Caixa restrito	2	2.343	313
Créditos com partes relacionadas		18.259	13.155
Contas a receber		1.538	1.172
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos		57.146	61.345
Fornecedores		1.720	1.365
Partes relacionadas		27.056	20.171
Arrendamentos		11	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Empresa classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

b) Financiamentos

Índice de endividamento

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (Não auditado)
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	4.143	3.975
Não circulante	53.003	57.370
Arrendamento mercantil		
Circulante	11	-
Dívida total	<u>57.157</u>	<u>61.345</u>
Caixa e equivalentes de caixa	(145)	(2.765)
Dívida líquida	<u>57.012</u>	<u>58.580</u>
Patrimônio líquido	27.054	29.719
Índice de endividamento líquido	211%	197%

Em 31 de dezembro de 2023 inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (“*covenants* não financeiros”).

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Empresa podem ser assim identificados:

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI.
- (ii) Risco de captação - A Empresa poderá no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamento adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de dívida.

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Prática Contábil

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente foram calculados com base na IN RBF 1700. Para o imposto de renda foi utilizado a presunção de 32% para receita de serviços e locação e 8% para faturamento de energia elétrica, após uma alíquota de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 de cada trimestre. Para a contribuição social foi utilizado a presunção de 32% para receita de serviços e locação e 12% para faturamento de energia elétrica e aplicada alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar descontados os impostos retidos na fonte, sejam sobre a prestação de serviços, ou sobre rendimentos financeiros. O montante dos impostos correntes a pagar é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos

b) Apuração da despesa de imposto de renda e contribuição social

		31/12/2022 (Não auditado)
	31/12/2023	12.221
Receitas	15.749	12.221
Presunção do Lucro - IRPJ		
Venda de mercadoria	8% 1.260	978
	1.260	978
Despesa de IRPJ	(428)	(464)
Presunção do Lucro - CSLL		
Venda de mercadoria	12% (543) 1.890	(1.022) 1.467
	1.347	445
Despesa de Contribuição Social	(219)	(224)
Total (IRPJ + CSLL)	(647)	(688)

COREMAS VII GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Compromissos assumidos

Os compromissos assumidos da empresa na data base relacionados à venda de energia de longo prazo, conforme demonstrado abaixo:

Cliente	Data assinatura	MWm	Data início	Data fim
COPEL	09/11/2019	7,20	01/01/2023	31/12/2037
WXE	31/03/2021	2,45	01/01/2023	31/12/2032

22. Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Entidades	Vigência	Importância - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Seguro Garantia Para Construção, Fornecimento Ou Prestação De Serviços	Coremas VII Geração de Energia Spe S/A	20/12/2020 a 30/12/2024	245	245

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

23. Eventos subsequentes

a) Compartilhamento de subestação de Coremas

No dia 16 de setembro de 2024, a empresa realizou o depósito judicial no montante de R\$ 901, com base no laudo técnico de avaliação referente a contingência judicial sobre compartilhamento da subestação das Coremas. Esse recurso ficará à disposição do Juízo de Coremas/PB.